

COMISSÃO DA AMAZÔNIA E DOS POVOS ORIGINÁRIOS E TRADICIONAIS
REQUERIMENTO Nº __, 2023

(das Sras. Célia Xakriabá e Erika Hilton)

Requer a realização do XX Seminário LGBTQIA+ do Congresso Nacional, *in memoriam* de David Miranda.

Senhora Presidente,

Requeremos, com base no artigo 24, XIII combinado com 32, VIII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização do XX Seminário LGBTQIA+ do Congresso Nacional, *in memoriam* de David Miranda, **com o tema: Reconstrução de Políticas Públicas para a Cidadania LGBTQIA+**, a ser realizado conjuntamente entre as Comissões da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais, Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial, de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, de Legislação Participativa, de Defesa dos Direitos das Mulheres, de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, Educação, de Cultura, de Trabalho, Administração e Serviço Público, de Ciência, Tecnologia e Inovação, todas da Câmara dos Deputados, e da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal, nos dias 28 e 29 de junho de 2023.

Para a realização do referido seminário, faremos a sugestão dos convidados posteriormente.

JUSTIFICATIVA

O Levante de Stonewall, que aconteceu em 28 de junho de 1969, no Stonewall Inn, bar no bairro de Greenwich Village, em Nova York, nos Estados Unidos, iniciou o que hoje comemora-se, em 28 de junho, o Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+. A data é um importante marco da luta pelos direitos da população LGBTQIA+, principalmente no combate à lgbtfobia e pela cidadania plena do grupo.

No Brasil, a data de 28 de junho também está no calendário nacional, sendo palco de manifestações e reivindicações históricas do movimento LGBTQIA+ por direitos, pelo combate à discriminação e pelo respeito à cidadania LGBTQIA+ em suas diferentes formas de manifestação e expressão. Nessas manifestações, soma-se a luta por políticas públicas que garantam o direito à saúde integral desta população, a inclusão e



permanência na educação, no mercado de trabalho e pelo reconhecimento civil das identidades de gênero e suas expressões, bem como reivindica-se por uma rede de prevenção efetiva e proteção contra a discriminação e a violência

À época, o bar Stonewall Inn, era um dos poucos estabelecimentos frequentados por pessoas pertencentes a minorias étnicas e sexuais, sendo alvo, portanto, de perseguição pela polícia local, com frequentes batidas policiais e prisões arbitrárias. O respaldando, no período, às polícias, para o uso da violência contra o grupo tem relação com a legislação discriminatória revogada pouco anos antes do levante de Stonewall, como a criminalização dos relacionamentos entre pessoas do mesmo gênero e a proibição das pessoas LGBTQIA+ de reunirem-se em locais públicos.

Mesmo com a revogação das leis, uma violenta abordagem policial quando agentes tentaram prender 13 pessoas, em 28 de junho de 1969, no bar Stonewall Inn, despertou a revolta das pessoas e uma série de mobilizações, com milhares de pessoas. Com a repercussão do episódio, a população organizou-se em protestos para enfrentar as condutas discriminatórias dos agentes do Estado, para garantir que pessoas da comunidade LGBTQIA+ e outras minorias, pudessem ter segurança e liberdade para frequentar quaisquer espaços. Foi incentivado a formação de coletivos, organizações e frentes de luta contra a discriminação e pelos direitos da população LGBTQIA+, como também, o evento foi propulsor do que é considerada a primeira Parada Gay dos Estados Unidos, quando uma multidão marchou do bar até o Central Park.¹

A resistência à violência policial e a barbarie também são propulsoras de movimentações intensas contra a discriminação sexual no Brasil. Em 1980, no dia 13 de junho, centenas de pessoas reuniram-se na frente do Theatro Municipal de São Paulo sob convocação contra a “repressão generalizada sobre as bichas, lésbicas, travestis, prostitutas, negros e marginalizados em geral”, o grupo marchou contra as operações de “limpeza” das polícias civil e militar, no centro de São Paulo, onde a “Operação Rondão” ou “Operação Limpeza” atuava com medidas arbitrárias contra as vidas de pessoas marginalizadas. Sendo classificada pelos movimentos antidiscriminatórios como uma política de terrorismo oficial, que expulsava, prendia e matava às LGBTs com anuência do Estado.²

¹ Ver mais em:

<<https://educacao.uol.com.br/noticias/2021/06/28/o-que-foi-a-rebeliao-de-stonewall-inn-que-deu-origem-ao-dia-do-orgulho-gay.htm>> Acesso em 08/05/2023.

² MARTINS, Alexandre Nogueira. **Caminhos da criminalização da LGBTfobia: racionalidade criminalizante, neoliberalismo e democratização**. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020. doi:10.11606/D.8.2020.tde-19022021-174812. Acesso em: 08/05/2023.



Pessoas LGBTQIA+, especialmente mulheres trans e travestis foram perseguidas constantemente pela polícia, algo que levou a esta maior estigmatização desta população, que não tinha respeito, sequer, do Estado, tratadas como marginais e perigosas, levando a um temor da população em conviver com mulheres trans e travestis, que persistem até o dia de hoje. Inclusive explica, em certo grau, a vulnerabilidade desta população que tem uma expectativa de vida de apenas 35 anos, menos da metade da população em geral.³

Os índices de violência contra a população LGBTQIA+ são muito preocupantes, de acordo com a denúncia do Observatório de Mortes e Violência LGBTI+ no Brasil, durante o ano de 2021, ocorreram 316 mortes LGBTQIA+ de forma violenta no país. Dessas mortes: 285 referem-se a assassinatos, 26 a suicídios e 5 outras causas, sendo a subnotificação também um determinante do mapeamento. Esta informação é relevante para destacar a crise de prevenção à violência e a LGBTfobia no Brasil, além de orientar, por meio de dados, uma das prioridades de ação governamental. Segundo o relatório em questão, uma pessoa LGBT+ foi morta a cada 27 horas no País em 2021, sendo registrado um aumento de 33% no índice de assassinatos contra pessoas dessa comunidade, em relação ao ano de 2020.⁴

Em termos de política de Governo, entre 2019-2022, temos que foi revogado o decreto que criou Conselho Nacional LGBTI+, órgão que voltou a ter o nome Conselho Nacional de Combate à Discriminação, com apenas três vagas para a sociedade civil, demonstrando o esvaziamento das políticas de participação da sociedade civil organizada em defesa da promoção de cidadania LGBTQIA+. Tivemos ainda, a alteração do nome da Diretoria de Promoção dos Direitos de LGBT, para Departamento de Proteção de Direitos de Minorias Sociais e População em Situação de Risco, dentro do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, não havendo políticas públicas para LGBTI+ em qualquer outro ministério. Além de ataques às políticas de reconhecimento da população trans e travesti, como a implementação do novo RG com o nome social sendo secundarizado, reiterando violências institucionais de não-reconhecimento das identidades de gênero do grupo.

Nos últimos anos, o apagão do orçamento, a exclusão e inércia dos espaços de participação social, das políticas de inclusão, de equidade e cidadania para as LGBTQIA+ reiteram consequências de marginalização do grupo, tais como subempregos, falta de

³Ver mais em:

<<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional/expectativa-de-vida-de-transexuais-e-de-35-anos-metade-da-media-nacional>> Acesso em 08/05/2023.

⁴ Ver mais em:

<<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtbrasil.org/dossie/mortes-lgbt-2021/>> Acesso em 08/05/2023.

Acesso em



acesso ao mercado formal de trabalho, evasão/expulsão compulsória da escola, falta de acesso à políticas de saúde mental, entre outras. Esse status de subcidadania colocado às pessoas LGBTQIA+ durante esse período precisa ser enfrentado, com compromisso e prática política que coloque os direitos humanos dessa população como uma das centralidades de uma democracia plena que almejamos para o Brasil.

Nesse contexto de invisibilização das pessoas LGBTQIA+ na gramática de direitos humanos, temos que, a reconstrução das políticas públicas para a população LGBTQIA+ no país enfrenta desafios, contudo, o movimento LGBTQIA+ brasileiro traça caminhos e proposições de superação das discriminações e da falta de reconhecimento do grupo nas formulações de políticas públicas. O compromisso pela emancipação social, expressa-se nas orientações, construções e diligências políticas refinadas em defesa das pessoas LGBTQIA+, da promoção de direitos e pelo fim da violência LGBTfóbica.

Em devida construção, houve a decretação do Conselho Nacional dos Direitos LGBTQIA+, sob custódia do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, na função ajudar na elaboração e execução de ações e medidas governamentais para pessoas que integram a comunidade LGBTQIA+; e a criação de um Grupo de Trabalho Técnico (GTT) para propor mudanças na Carteira de Identidade Nacional (CIN), buscando solucionar a problemática que envolve os campos "sexo" e "nome social" do documento que irá substituir o RG.

Portanto, a realização deste XX Seminário, que se tornou uma tradição do parlamento brasileiro permite que a pauta LGBTQIA+ adentre o legislativo para que possa criar conhecimento, reconhecimento e sensibilização política em conjunto com os parlamentares para as demandas múltiplas de cidadania, participação social e acesso à justiça do grupo. Essa comemoração de duas décadas de diálogo, construção e representatividade política das pautas LGBTQIA+ no Congresso deve ser marcada pelo enfrentamento à inércia e resistência conservadora, de ambas as Casas Legislativas, em aprovar direitos e demandas da comunidade LGBTQIA+.

Neste ano a discussão terá como foco a reconstrução das políticas públicas para a cidadania LGBTQIA+, efetivas, eficientes, democráticas e cidadãs, com coalizão para enfrentamento da LGBTfobia e da violência, por emancipação social, emprego, educação, saúde, arte, cultura e moradia. A população LGBTQIA+ é múltipla e diversa, assim como suas demandas e, neste seminário, permitirá que toda a diversidade seja claramente apresentada e articulada para subsidiar a discussão parlamentares e as ações de reconstrução das políticas de direitos humanos no Brasil.



Este seminário, também pretende-se como evento in memoriam de David Miranda, jornalista, ex-deputado federal pelo PSOL, representante do Rio de Janeiro, cria do Jacarezinho, que faleceu no dia 9 de maio de 2023, com 37 anos, deixando três filhos e o marido, após uma batalha de 9 meses na UTI.

Em sua trajetória política, David Miranda foi o primeiro homem gay eleito para a Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro, pelo Psol, e assumiu vaga na Câmara de Deputados, com a bandeiras de defesa dos direitos humanos, da população negra e das pessoas LGBTQIA+.

Sala das Comissões, em 29 de maio de 2023.

Deputada CÉLIA XAKRIABÁ - PSOL/MG

Deputada ERIKA HILTON - PSOL/SP





Requerimento **(Da Sra. Célia Xakriabá)**

Requer a realização do XX
Seminário LGBTQIA+ do Congresso
Nacional, in memoriam de David Miranda.

Assinaram eletronicamente o documento CD233674954800, nesta ordem:

- 1 Dep. Célia Xakriabá (PSOL/MG) - Fdr PSOL-REDE
- 2 Dep. Erika Hilton (PSOL/SP) - Fdr PSOL-REDE

